

O LUGAR DA PSICOLOGIA NA TEORIA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER, DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Elaine Cristina Schmitt Ragnini¹

O doutorismo que circunscreve meus pensamentos é nada diante de uma elaboração tomada de concretude que a vida mesma contempla.

José Henrique de Faria

INTRODUÇÃO

Percorrer a construção de uma teoria é um prazer e um desafio. Por isso, a (re)leitura de uma obra acadêmica e intelectual como a de José Henrique de Faria constitui um momento de (re)aprendizados e reflexões. A Economia Política do Poder (EPP) é construída em mais de 40 anos de estudos, pesquisas e experiências concretas acerca dos sistemas de controle que o capital exerce sobre as forças produtivas. Partindo da teoria marxista e da perspectiva ontológica e epistemológica crítica do concreto, o Professor Faria vai tecendo um campo de análise das relações de poder sob a égide do capital inédito nos estudos organizacionais críticos. Na busca por apreender o que ocorre no desenvolvimento das relações de trabalho no sistema de capital, o

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/4453449910723597>. <https://orcid.org/0000-0002-6086-2388>. elaineschmitt@hotmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia. Praça Santos Andrade, Centro, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80020-300. Telefone: (55 41) 33102624.

pesquisador se debruça sobre conceitos e teorias de diferentes campos do conhecimento. A Psicologia é um desses campos, que vai se fortalecendo e destacando ao longo das construções teóricas e reflexões do autor. Ao ser convidada para a elaboração de um artigo em homenagem ao Professor Faria, em função da minha área de formação e pesquisa, e das trocas e discussões a respeito do objeto da Psicologia realizadas com o professor ao longo de 20 anos de trabalho, entendi que abordar o lugar da Psicologia na Economia Política do Poder seria uma forma de valorizar seu trabalho. Digo isso por dois motivos: primeiro, pelo esforço despendido pelo autor, que é originário da Economia e da Administração, para estudar temas e teorias da Psicologia; segundo, pela originalidade com que apresenta, em uma teoria crítica da Administração e das relações de poder, as contribuições que a Psicologia pode oferecer. Assim, visa-se neste artigo a leitura e uma análise sobre o lugar da Psicologia, como campo de conhecimento, na Economia Política do Poder. Para tal feito, percorre-se a produção intelectual registrada nos livros publicados pelo Professor Faria. Ainda, recorre-se ao currículo Lattes e à entrevista concedida a Diego Canhada, na qual Faria relata a sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Enquanto aluna, orientanda, colega e amiga, também faço uso das memórias de 20 anos de trabalho em conjunto com o intelectual e professor.

Da releitura de sua obra destaca-se que a Psicologia é requerida em diferentes momentos para auxiliar na explicação de diversos fenômenos do comportamento individual ou de grupo nas organizações, mas sempre no sentido de apoiar a construção da crítica das relações de trabalho e dos sistemas de controle que o capital exerce sobre os trabalhadores. As reflexões acerca do sujeito coletivo e individual são uma constante na Economia Política do Poder e visam o tensionamento entre os campos da Sociologia e da Psicologia para desvendar o que está implícito nas relações de poder, e que não pode ser visto a olho nu, ou mesmo para compreender os mecanismos objetivos e subjetivos em jogo nas relações de poder. Não foi objetivo de Karl Marx se debruçar sobre a dimensão subjetiva das relações de exploração e de

reprodução da vida social, mas Faria toma como fundamental a tarefa de apreender essa relação à medida que as forças produtivas e as estratégias sofisticadas de controle se desenvolvem. No entanto, também o faz porque entende, assim como Sigmund Freud, que os humanos não são necessariamente bons ou necessariamente querem o bem. É por saber que há forças antagônicas que operam nos sujeitos individuais a sua revelia que Faria se interessa por incluir em suas análises essa dimensão – mas igualmente por acreditar que os sujeitos coletivos contêm em si essa dimensão individual e subjetiva e que as resistências e transformações só podem acontecer quando se leva em conta o todo do sujeito, sua história e consciência crítica.

Para que sejam possíveis a análise e a intervenção críticas no campo das relações de poder e trabalho, é preciso compreender as finas tramas em que são tecidas essas complexas relações de produção social da vida. Uma Economia Política do Poder não se faz sem considerar os conhecimentos psicológicos em constante ação nessas interações. Dessa feita, situar a Psicologia na EPP é uma forma de destacar o precioso trabalho do arquiteto da teoria, que foi pesquisar, estudar e investir em leituras que não são da sua área de formação para melhor desvendar as operações em jogo no exercício do poder, estabelecidas nas relações de trabalho, controle e dominação. É também uma forma de valorar a potência que esse campo do conhecimento tem para a formulação de uma crítica social comprometida com a vida humana.

UM POUCO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

O Professor José Henrique de Faria nasceu em Curitiba no ano de 1950 e se formou em Economia em 1974. Nas considerações iniciais de seu livro *Poder, controle e gestão* (2017), lembra que desde o ano de 1978 se dedica ao campo da teoria crítica de orientação marxista em estudos organizacionais. De lá para cá, vão-se mais de 40 anos de pesquisa e experiências concretas de gestão em organizações, além de reflexões

sobre o poder, suas relações e os mecanismos de controle sobre o trabalho nas organizações a partir da perspectiva do trabalho e das relações de produção social. Foi Maurício Tragtenberg quem inspirou o Professor Faria a estudar esses temas, analisados pelo viés do autoritarismo e dos sistemas de controle sobre a gestão do processo de trabalho em unidades produtivas. Faria desenvolveu pesquisas empíricas que abordaram o movimento dos trabalhadores da indústria metalúrgica e automobilística do ABC paulista no final da década de 1970 – o que se tornou sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1980; na sequência, estudou as Comissões de Fábrica em sua tese de doutorado, defendida em 1984 na Universidade de São Paulo. As duas titulações foram obtidas em programas de pós-graduação em Administração.

O objetivo de pesquisar as Comissões de Fábrica era compreender a resistência dos trabalhadores ao sistema de controle da organização de trabalho. Os estudos de Faria demonstram sua coerência e uma capacidade analítica inconfundível ao tentar apreender o movimento dialético de controle e resistência que decorre das relações de trabalho sob a égide do capital. No final dos anos 1980, Faria desenvolveu uma pesquisa sobre a inserção das tecnologias de base microeletrônica na linha de produção em organizações da Cidade Industrial de Curitiba, já como professor do Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A pesquisa, que resultou na sua tese de professor titular da UFPR, apontava que as tecnologias físicas e de gestão são interdependentes, compondo os sistemas e mecanismos de controle do processo de trabalho pelo capital.

Seu percurso de pesquisa formal foi interrompido pelos anos em que se dedicou às atividades de gestão. De 1990 a 1994 foi pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPR e de 1994 a 1998, reitor eleito pela comunidade da mesma instituição. Os anos na gestão da universidade pública brasileira permitiram a Faria revisitar os conceitos de poder e relações de poder e uma teoria crítica da sociedade.

Em entrevista concedida a Diego Canhada, Faria diz que, embora tenha ocupado o cargo mais alto na estrutura de uma instituição de ensino superior, foi uma responsabilidade que assumiu na condição de professor-pesquisador, não considerando o cargo como elemento da carreira ou um projeto pessoal, mas como uma atribuição na estrutura da universidade – uma atribuição que, como experiência vivida, atravessou a pele e a carne. Os efeitos de viver as relações de poder geraram uma crise no professor-pesquisador. Por não ter pesquisado naqueles oito anos de dedicação à gestão universitária, levou um tempo para descobrir o fio que conduzia suas experiências práticas e ia tecendo seus interesses. Foi então que, ao trabalhar na crise, entendeu que sua tese se circunscrevia à Economia Política do Poder. O insight do pesquisador lhe confirmava que a sociedade se estrutura como poder, ou seja, quando uma sociedade se organiza para produzir as condições materiais objetivas e subjetivas de existência, ela se organiza ao mesmo tempo como economia e como poder. Essa relação é dialética e contraditória.

Quando essa elaboração se consolida como guia para a construção de seu percurso acadêmico, Faria retorna ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPR e orienta suas pesquisas e as de seus alunos nessa direção. Esse momento e os anos seguintes renderam ao professor um grupo de orientandos e pesquisadores iniciantes que se engajaram ativamente na Economia Política do Poder e construíram o campo empírico das suas pesquisas abordando distintas facetas das relações de poder e dos sistemas de controle em diferentes organizações. A maioria de seus orientandos desse período seguiram carreira acadêmica e até hoje se encontram vinculados ao Grupo de Pesquisa do CNPq Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, fundado por Faria em 2001.

Em 2003, Faria realiza seu pós-doutorado em Relações de Trabalho na Universidade de Michigan, no qual sistematiza a teoria da Economia Política do Poder em um livro de três volumes que leva esse título. A partir dessa publicação e das pesquisas que se

seguem, Faria define que a linha orientadora de seus trabalhos é a dimensão epistemológica do materialismo histórico e dialético – dessa perspectiva ele trava um diálogo crítico com outras teorias em diferentes campos do saber. É nesse tempo que os diálogos com teorias psicológicas e com a Psicanálise freudiana se estabelecem de forma profícua. Segundo o autor, “Trata-se de colocar em confronto as teorias para poder extrair, delas, elementos que permitam uma apreensão mais dedicada, pertinente e profunda da realidade estudada segundo uma dimensão, desde logo, materialista histórica” (Faria, 2017, p. 16).

As leituras de textos da Psicologia Social e da Psicanálise freudiana já aconteciam desde a década de 1970, especialmente com as discussões que a Teoria Crítica relacionada à Escola de Frankfurt realizava ao fazer uma análise da sociedade. Faria também se interessou pela produção: da Psicossociologia francesa, sobretudo pela análise crítica das organizações e relações de trabalho e pela dimensão subjetiva nesses processos; da Psicologia Histórico-Cultural – pela noção de consciência e subjetividade, assim como pela compreensão das relações de poder nos grupos sociais; da Psicologia Genética, de Jean Piaget, particularmente pelos processos de aquisição do conhecimento e pelas relações do sujeito com o objeto do conhecimento; da Psicanálise freudiana, pelo inconsciente e sua dinâmica ou pelos textos ditos sociológicos de Freud; da Psicanálise lacaniana, especialmente pela noção de alienação, mais-de-gozar e os discursos. No entanto, Faria se debruçou igualmente sobre as teorias psicológicas usadas e desenvolvidas no campo das teorias administrativas e das escolas de negócios, para apreender não só a lógica do conhecimento empregado para controlar o comportamento humano e a produtividade, mas também para criticá-lo.

A relação com a Psicologia não se limita aos estudos de diferentes teorias psicológicas. Em sua vida profissional e afetiva, Faria teve muitos encontros profícuos com psicólogas e psicólogos. Cabe destacar que o Departamento de Psicologia da UFPR tem professoras efetivas que fizeram sua formação acadêmica com o Professor Faria,

sendo a Economia Política do Poder trabalhada também nessa área do conhecimento. O que se vislumbra de seu percurso pessoal e profissional, com relação à Psicologia, é que, ao longo dos anos, ela tornou-se uma área de conhecimento essencial para suas análises teóricas sobre as relações de poder e controle no sistema de capital, e também locus de insights importantes sobre a vida e as relações de afeto.

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NAS ANÁLISES CRÍTICAS

A Psicologia é um campo do conhecimento humano que se constituiu como ciência no final do século XIX, objetivando identificar e delimitar o que é próprio do comportamento humano e da subjetividade (Figueiredo, 2008). Trata-se de uma ciência que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas e das produções humanas de uma época. Durante o século XX vimos o avanço da ciência e da profissão da Psicologia acontecer em diversas direções, ora alinhado ao projeto capitalista de reprodução social, ora contrário à produção sob a lógica do capital, sua ideologia e seus sistemas de controle.

Do ponto de vista das teorias administrativas, a Psicologia é uma ciência e uma profissão que contribui para o desenvolvimento dos sistemas de controle sobre as forças produtivas, visando “aumentar a eficiência produtiva e o controle político dos trabalhadores” ou garantir a “disseminação de uma visão ideológica do ser humano e das relações humanas” (Brüning, 2016, p. 136) que favoreça o exercício do poder do capital. Na contramão dessa perspectiva, uma Psicologia crítica seria aquela comprometida com os sujeitos e as formas democráticas e solidárias de organizar a vida, que denuncia o sistema de dominação e controle do capital sobre os indivíduos e visa a construção de novas ideias e possibilidades para uma vida mais condizente com realizações individuais e coletivas, que garantam não o controle do capital sobre a vida, mas a vida como princípio fundamental. Ainda, deve-se destacar que uma Psicologia afeita à crítica está sempre atenta a práticas individualizantes, descontextualizadas

historicamente e apolíticas (Parker, 2014). No que tange à EPP, é dessa via da Psicologia que as ideias e conceitos são apropriados para a construção da crítica às relações de poder.

Para dar curso à análise aqui proposta sobre o lugar da Psicologia na Economia Política do Poder, vamos percorrer as obras de Faria e destacar o que é próprio do campo do conhecimento psicológico.

Em sua dissertação de mestrado, Faria estudou os movimentos operários do ABC paulista nos anos de 1978 e 1979, com o propósito de delimitar na área dos estudos organizacionais uma crítica às formas de controle e poder na gestão do trabalho. O tema central da pesquisa foi o autoritarismo nas organizações e sua relação com a manutenção do poder vigente. O autor chamou a atenção para o fato que uma ideia fortemente presente e que fundamenta as teorias administrativas – o autoritarismo, per se – “suprime uma parte do objeto do conhecimento, ou seja, a negatividade que está em ação no sistema global e em cada um dos elementos que o constituem” (Faria, 1985a, p. 16). Para o pesquisador, o que o autoritarismo não revela do sistema de produção social é a alienação necessária à exploração. Nas relações de poder, o autoritarismo é um fundamento necessário à manutenção do sistema de exploração. Partindo dessa premissa, Faria analisa o autoritarismo com base em três categorias: divisão do trabalho; exploração do trabalho e mais-valia; recalçamento e repressão.

Nesse período, Faria teve contato com o artigo “Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações” (1974), de Eugène Enriquez, um divisor de águas para a leitura sobre as relações de poder, dominação e autoritarismo nas organizações. Na busca por compreender a dimensão individual que contribuía para a reprodução das relações de exploração e dava lugar privilegiado ao autoritarismo, Faria procura em teorias psicológicas e psicossociológicas os argumentos para a explicação. Segundo o autor, “Na relação entre os seres humanos realmente iguais, o autoritarismo supõe o

exercício de uma negatividade que não se refere à submissão de outro a si, mas de si a si mesmo com relação às regras de uma vida social civilizada.” (Faria, 1985a, p. 27). Nesse sentido, o texto de Enriquez ajuda Faria a insistir em olhar para o que não está no campo da aparência, para o que não pode ser visto a olho nu. Usando o recurso da função imaginária, Faria corrobora a ideia de que, “na organização, apesar das diferenças individuais, cada sujeito é colocado no jogo do desejo de reconhecimento, na luta pelo reconhecimento, porquanto cada um só existe na medida em que é reconhecido pelos outros” (Faria, 1985a, p. 36). Assim, a organização vai promover um conjunto de normas, regras e relações que visam fazer com que os indivíduos se identifiquem com ela, de modo que não questionem os propósitos da organização e creiam que ali poderão realizar seus grandes projetos: fazer carreira, ter um lugar no campo institucional, estar protegidos da lógica do mercado, entre outros.

A organização trabalha para não dar espaço aos destinos pulsionais da vida psíquica de seus integrantes, mas, sim, para homogeneizar e canalizar o que é ou não possível de ser realizado em seu interior, dentro daquilo que é permitido para uma melhor produtividade no trabalho. Esse olhar sobre a dinâmica psíquica e os processos em jogo nas relações subjetivas e intersubjetivas de trabalho auxilia o autor no entendimento de que em cada discurso existente na organização há algo que não é revelado sobre as relações de exploração, o autoritarismo e a manutenção do poder. Esse sistema ao mesmo tempo se reproduz e contém em si o potencial de superação dessa lógica, como se vê no movimento dos trabalhadores para enfrentar as relações de poder cristalizadas nas unidades produtivas de sua época. Cabe destacar que o primeiro livro publicado por Faria percorre as teorias administrativas e visa destacar delas a dinâmica do autoritarismo manifesto ou disfarçado de um sistema de gestão que garante os objetivos de expropriação da mais-valia do trabalhador através do controle que se realiza no contexto das unidades produtivas. Trata-se de modelos de gestão que se espriam como verdade e são replicados mundo afora como sendo a grande forma de fazer a gestão do trabalho e de suas relações. O autor aposta na

autogestão como uma alternativa à gestão autoritária e heterogestionária. Essas ideias são também difundidas no seu segundo livro, que é parte da pesquisa de mestrado, intitulado *Relações de poder e formas de gestão*. De maneira sistemática, Faria (1985b) descreve e analisa modelos diferenciados e possíveis de gestão: heterogestão; cogestão; cooperativa de produtores associados; conselhos operários; autogestão. Ao final do livro, esclarece que as teorias administrativas são como um invólucro ideológico da gestão nas organizações, uma verdade que está dada e é pouco questionada.

Na pesquisa da tese de doutorado, que deu origem ao livro *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas* (1987), Faria analisa a organização dos trabalhadores no interior das unidades produtivas, representada pelas comissões de fábrica. O estudo foca os aspectos objetivos da gestão, destacando os elementos econômicos (técnicos) e político-ideológicos das relações de trabalho. Ressaltam-se a interação social e as relações de poder, como a cooperação e o controle, presentes no processo de trabalho, e sua apropriação pela gestão das unidades produtivas. No livro, os temas relativos à Psicologia são tratados à luz de uma crítica ao sistema de produção e controle sob a lógica das relações de poder. A análise crítica do processo de exploração e do movimento dos trabalhadores indica que as teorias psicológicas desenvolvidas em alinhamento com as técnicas de gestão visam a dominação sobre os comportamentos individuais e coletivos, assim como a antecipação e manipulação dos conflitos que possam surgir nas fábricas e fazer obstáculo à produção. O mérito da pesquisa é a construção de sua referência de análise, ainda inexistente no campo da crítica, bem como a constatação de que no interior das relações de poder existe o potencial para o movimento de resistência por parte dos trabalhadores. Nesse sentido, a análise das Comissões de Fábrica no Brasil na década de 1980 não só sinaliza a luta do movimento operário, mas também indica que a gestão (e o capital!) é hábil em se apropriar desses avanços e transformá-los em novos modos de operar a lógica do controle e da participação dos trabalhadores no processo produtivo.

Na perspectiva da participação dos trabalhadores no processo de produção, com a tese para professor titular, pesquisa desenvolvida no final dos anos 1980 e publicada em 1997 no livro *Tecnologia e processo de trabalho*, Faria analisa como a inserção de tecnologia física de base microeletrônica no processo produtivo exige novas tecnologias de gestão para garantir a competitividade, a produtividade e o controle sobre o processo produtivo e os trabalhadores. Com a aplicação de novos conhecimentos às atividades produtivas (o que se chama de tecnologia!), pode-se modificar a forma de desenvolvê-las. Faria define, assim, que a “[t]ecnologia de processo compreende as técnicas e o uso de técnicas que interferem no processo de trabalho/produção, de maneira a modificá-lo, organizá-lo, racionalizá-lo, sejam tais técnicas de origem física (máquinas, peças e componentes), sejam de origem gerencial” (Faria, 1997, p. 29). As tecnologias de gestão – que são técnicas de ordem instrumental e de ordem comportamental e ideológicas – visam promover “um maior grau de integração entre gestores e trabalhadores” (Faria, 1997, p. 16). A transformação na forma de integrar trabalhadores e gestores tem dois efeitos de mudança importantes para as relações de trabalho: no saber operário para a realização de atividades e na forma de se comportar e se relacionar no ambiente de trabalho. Altera-se a forma de controlar os trabalhadores. Se antes o controle primava pelos elementos físico e do corpo, hoje ele é mais sutil e subjetivo. Ainda, a proposta é transferir o controle sobre o processo imediato de trabalho do gerente para o produtor. “A função gerencial transforma-se, agora, qualitativamente, pois seu foco passa a ser o de gerir conflitos e minimizar a alienação, ou seja, ser eficaz maximizando a produtividade do trabalho” (Faria, 1997, p. 32). O autor finaliza a análise dos efeitos da inserção de tecnologias físicas e de gestão no processo produtivo reafirmando que a lógica da dominação capitalista é o controle sobre o processo de trabalho. As técnicas gerenciais e administrativas se modificam e se adaptam às novas formas de produzir, e o resultado é a aparência de uma democracia industrial em que se denomina de gestão participativa o novo modo de gerir. No entanto, ele nada mais é do que uma estratégia moderna de o capital dominar a organização e a ação política dos trabalhadores.

DOS TEMPOS DE GESTÃO E DA GESTAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER

As pesquisas desenvolvidas até então foram anteriores ao período em que Faria ocupou cargos de gestão na universidade pública. Consta, até aqui, o esforço da articulação de conceitos e conhecimentos sobre a forma de produção social no modelo de produção capitalista, para que se possam apreender os movimentos e as formas de controle e dominação que o capital desenvolve, ou seja, como se dão as relações de poder em unidades produtivas geridas segundo a lógica do capital. A avaliação que Faria faz do modelo de controle e dominação nas unidades produtivas, portanto nas organizações, ganha forma e espaço nos restritos círculos de estudos organizacionais não hegemônicos no Brasil. Sua análise criteriosa sustenta as opiniões contundentes acerca do modo de produção e acaba por articular uma das mais importantes teorias críticas sobre o poder em estudos organizacionais brasileiros.

Sua formulação teórica foi atravessada empiricamente pelos anos em que exerceu os mais altos cargos da instituição de que era membro. Essa experiência o levou revisitar alguns elementos das relações de poder que o fizeram incluir em suas análises conhecimentos produzidos pela Psicologia, como a natureza humana, a subjetividade, o desejo, a pulsão, a exclusão do laço social, a alienação, os efeitos imaginários das relações sob a lógica do capital. Assim, ao ser atravessado pela experiência concreta e subjetiva das relações de poder, de um lugar que não era o de pesquisador, mas de gestor, sua teoria toma outros contornos. Aliado a isso, como observador atento dos movimentos do capital e das diferentes formas de exploração, Faria apreende a sofisticação dos mecanismos de controle. Os anos de pesquisa, de formação e de experiência foram consolidando a condição para que o analista social afinado com seu tempo e dono de uma criatividade incomum pudesse se constituir e continuar produzindo pesquisa, conhecimento e formando seus alunos nas trilhas da crítica de uma sociedade de exploração e do compromisso que lhe é inerente.

Foi assim que os trabalhos orientados no retorno ao Programa de Pós-Graduação em Administração e no seu estágio pós-doutoral no Institute of Labor and Industrial Relations, da University of Michigan, nos Estados Unidos, permitiram a revisão, organização e sistematização da trajetória de pesquisa e a proposição de uma teoria. Em 2004 Faria publica o livro que marca uma nova abordagem nos estudos organizacionais, *Economia política do poder*, em três volumes. Na Introdução, dá sinais de que a dimensão psicológica tem lugar de destaque em sua teoria.

O conjunto dos processos inconscientes e subjetivos e das relações sociais é que forma a totalidade da existência do sujeito e é esta totalidade que constrói sua consciência. Mais do que isso, tal construção encontra-se carregada de contradições e conflitos presentes tanto em cada um dos processos (inconscientes e sociais), como entre os mesmos (Faria, 2004, p. 17).

Na sequência, Faria (2004, p. 18) indica que seus estudos visam “apresentar os mecanismos e sistemas de controle nas organizações produtivas sob o comando do capital, em suas dimensões objetivas e subjetivas, a partir de uma perspectiva econômica, político-ideológica, sócio-histórica e psicossocial”. É a primeira vez, em sua obra, que uma perspectiva deliberadamente da Psicologia aparece como sistema de análise. A partir desse ponto do desenvolvimento da EPP, as pesquisas empíricas realizadas consideram a dimensão subjetiva como categoria fundamental para a compreensão das relações de poder. Cabe destacar o empréstimo, feito a Eugène Enriquez (1997), das categorias de análise da organização: mítica; social-histórica; institucional; organizacional; grupal; individual e pulsional. Esse esquema permite que Faria compreenda as dimensões objetiva e subjetiva dos sistemas de controle nas organizações, sendo utilizado em muitas pesquisas empíricas orientadas no início dos anos 2000.

O volume 1 do livro *Economia política do poder* apresenta, de forma densa, mas sistematizada, os fundamentos da EPP enquanto proposta de análise e de estudo das organizações, resultando em conhecimentos sobre o comportamento humano em suas dimensões objetivas e subjetivas, as formas de aprendizagem e apreensão do real, e os afetos. Também se destacam alguns pressupostos sobre o comportamento humano que fazem alusão ao modo de funcionamento inconsciente, proposto por Sigmund Freud, como a condição incontrolável das pulsões, os mecanismos de defesa e o desejo. O volume 2 oferece uma análise crítica da Teoria Geral da Administração – um sistema de ideias, um “conjunto de proposições pragmáticas sobre como solucionar problemas administrativos ou gerenciais” (Faria, 2003b, p. 25) – visando evidenciar o controle sobre o processo capitalista de trabalho e a afirmação da estrutura de dominação. O autor esclarece como as teorias psicológicas afeitas ao sistema de capital colaboram para o desenvolvimento das técnicas de gestão e controle, reafirmando o poder hegemônico e obstaculizando os movimentos de resistência e superação da dominação. O volume 3, então, demonstra de forma sistematizada os resultados de pesquisas empíricas sobre as práticas de controle. Ao desenvolver uma matriz de relações entre as instâncias de análise (Enriquez, 1997) e os níveis e as formas de controle, Faria alerta: a sistematização é necessária para auxiliar na compreensão dos elementos em jogo nos processos atuais de controle gerencialista. No entanto, na prática, a complexidade dos fatos é enorme e exige uma “fórmula” para analisá-los. Faria finaliza o livro indicando a importância do controle para as organizações em geral, mas fazendo a crítica à forma como ele é exercido no sistema de trabalho atual. Como horizonte de ação/intervenção, é preciso enfatizar a necessidade de pensarmos e construirmos

(...) sistemas de controle que possuem a democracia plena como suporte, que se baseiam em uma autogestão, em que há lugar para o diálogo, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento da condição humana e que servem de garantia à vida, à justiça social e ao desenvolvimento da sociedade (...). (Faria, 2003a, p. 174).

As pesquisas empíricas, que dão suporte às análises e revelam as contradições inerentes ao sistema de controle e poder, foram essenciais para apreender as práticas em vigência e exercitar as reflexões críticas sobre essas relações. Como proposta de ação, almejam-se as intervenções necessárias que possam promover mudanças nessa lógica de organizar a produção social da existência humana.

Ainda que a Economia Política do Poder tenha se fecundado nas análises econômicas, com foco nos processos de dominação e exploração que ocorrem ao se operacionalizar a produção social nos contextos organizacionais, no seu percurso de construção o autor da EPP vai se apropriando de outras teorias e áreas do conhecimento para avançar em seus estudos. A Psicologia, em algumas de suas vertentes, contribui para a análise crítica desses sistemas de (re)produção da vida, indicando os aspectos objetivos, ideológicos e inconscientes presentes nas interações e ações em contextos organizacionais. Também sinaliza a condição de impossibilidade de controle total dos comportamentos/das subjetividades e a existência de manifestações de barbárie e violência comuns aos humanos, que precisam ser socialmente direcionadas a fins mais nobres e condizentes com a vida em sociedade.

A SUBJETIVIDADE NA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER

Logo após lançar os três volumes da Economia política do poder, Faria organiza um livro que traz os resultados de pesquisas empíricas, chamado Análise crítica das teorias e práticas organizacionais (2007). É um texto que marca os usos do método de pesquisa sistematizado por Faria, a ênfase na subjetividade das análises críticas realizadas e o avanço nas elaborações sobre a EPP. Desse trabalho deve-se destacar que todos os capítulos abordam o tema subjetividade. No entanto, há um especial: aquele que apresenta a noção de sequestro da subjetividade. Essa noção é amplamente abordada e discutida nos círculos de pesquisas atuais em estudos organizacionais, mas também é tema de elaboração e revisitação na própria EPP. Pode-

se dizer que esse livro marca o desenvolvimento de produções sobre a temática da subjetividade!

Na continuidade das publicações, Faria lança, em 2009, *Gestão participativa: relações de poder e trabalho nas organizações*, no qual volta às primeiras pesquisas realizadas e as reformula. A proposta é ressituar a noção de gestão participativa, desvinculando-a dos rumos e apropriações feitos pelas teorias administrativas como gestão hegemônica do capital. No tocante à Psicologia, o livro indica que a forma de gestão de uma organização é passível de análise tendo-se em mente as categorias indicadas em três níveis: econômico; político-ideológico; psicossocial. É nesse último nível que as ideias da Psicologia sobre o poder e o controle fazem presença, levando em conta como os indivíduos e grupos se vinculam às formas de gestão e controle nas organizações. Para exemplificar, a compreensão das formas de gestão e controle requer analisar os seguintes elementos subjetivos do controle, conforme Faria (2009, p. 368): físico (atitudes/comportamentos; sofrimentos psíquicos somatizados); normativo (recalque, valores assimilados); finalístico ou por resultados (compromissos, cumplicidade); compartilhado ou participativo (envolvimento, comprometimento); simbólico imaginário (fantasias, projeções inconscientes; suposições de desempenho); por vínculos (identificação inconsciente, relações amorosas/libidinais, sentimento de pertença, transferência egoica ou do aparelho psíquico); por sedução monopolista (submissão, conformação, credulidade no saber dos dirigentes). A sistematização dos elementos objetivos (que não foram aqui abordados) e subjetivos das formas de controle auxilia pesquisadores e gestores na compreensão dos processos envolvidos na formalização do tipo de gestão e modos de organização, o que, no campo dos estudos organizacionais, possibilita vislumbrar alternativas aos modos de produção e organização social dominantes.

O último livro publicado por Faria na temática dos estudos organizacionais críticos chama-se *Poder, controle e gestão* (2017). Trata-se de um trabalho de revisitação e

reescrita do livro *Economia política do poder*, que foi um marco nas produções do professor. O objetivo inicial era uma publicação em espanhol, mas, à medida que foi sendo produzida, foi ganhando outros propósitos. Segundo Faria, as críticas feitas por alguns colegas, amigos e professores foi fundamental para a construção de uma produção literária que fosse de mais fácil acesso ao público em geral e à formação crítica de alunos em cursos de graduação e pós-graduação. Como a perspectiva deste artigo é uma análise do lugar da Psicologia, pinço temas e passagens que se referem a essa área.

A vida no trabalho, formal ou não, como se sabe, ocupa a maior parte do tempo útil dos sujeitos que dele vivem. Estar em boas condições de saúde física e mental no trabalho é um constante desafio a que todos são submetidos cotidianamente. O ambiente de trabalho se apresenta sempre com seus contentamentos e seus problemas. Ocorre que há sempre quem acredite que os problemas são todos recorrentes ou das relações interpessoais ou das formas de ser e agir dos sujeitos individuais, como se pode observar, amiúde, nas teorias sobre assédio moral. De fato, alguns problemas derivam dessas relações e dessas formas e não há como desresponsabilizar os sujeitos em suas ações. Mas há uma contradição fundamental que atravessa todas as demais e que não é precisamente percebida: trata-se das contradições inerentes ao modo de produção que caracteriza o sistema de capital. Tais contradições não podem ser superadas apenas no plano das unidades produtivas, mas isso não significa que não se tenha que compreendê-las para poder enfrentá-las da melhor forma (Faria, 2017, p. 19).

Essa passagem, nas considerações iniciais do livro, é um ponto de ancoragem para compreender como a Psicologia tem lugar na *Economia Política do Poder*, seja enquanto dimensão da vida essencial a ser apreendida no âmbito das relações sociais de produção, seja enquanto campo de conhecimento incorporado à EPP para auxiliar nas análises críticas do sistema de produção e, por que não, da vida em sociedade.

Segundo Faria (2017, p. 32), “ao trabalhar, o sujeito trabalhador coloca em prática não apenas seus saberes de ofício e instrumental, mas igualmente sua subjetividade, suas relações afetivas, seus desejos, sonhos e fantasias”. É por compreender isso que, nas relações de poder e controle nas unidades produtivas, o sistema de gestão investe massivamente em elementos de controle que visem a subjetividade humana. Segundo Faria (2017, p. 64), “considerar a subjetividade como elemento constitutivo do humano, é conferir a esta um lugar originado pelas determinações histórico-sociais, mediadas pelas relações sociais vivas, internalizadas pelo sujeito segundo significantes que lhe façam sentido”. Ao formular uma noção de subjetividade como “uma forma de síntese particular que o sujeito constitui a partir das relações sociais e materiais e que compõe a sua estrutura de orientação no interior destas relações” (Faria, 2017, p. 65), o teórico indica que o controle da subjetividade se altera à medida que ocorrem mudanças na forma de produzir e controlar a produção. Nesse sentido é que se verifica, ao longo da história do desenvolvimento das forças produtivas, a sofisticação dos sistemas de controle. O controle passa a ser cada vez mais pela apreensão da dimensão subjetiva que se apresenta ao trabalho. Faria demarca que foi Frederick Taylor quem introduziu nos princípios de gerência administrativa “a identificação subjetiva do trabalho com o capital (princípio da identidade de interesses) e a referência idealista do trabalhador padrão, cujo desempenho deveria servir de modelo aos demais trabalhadores” (Faria, 2017, p. 67). Henry Ford também aplicou técnicas de gestão ao fazer o acompanhamento da vida privada de seus trabalhadores e ao criar fisicamente uma comunidade de trabalhadores negros com o apoio de organizações religiosas, por exemplo. As investigações em Hawthorne, a Escola de Relações Humanas, a Teoria Y e tantos outros estudos ou técnicas aplicados nos processos de gestão e controle também foram contribuindo com estratégias para apreender a dimensão subjetiva no processo de controle do trabalho, pelo ajustamento dos comportamentos, pela identificação com a organização, pelos ideais compartilhados, pelos modelos de vida a serem seguidos, pela aculturação da família, entre outros. Todos esses processos já indicam os artifícios para o controle da subjetividade, que vão se desenvolvendo –

especialmente no processo de produção flexível e de inserção da tecnologia de base microeletrônica no processo produtivo – para culminar no que se chama de sequestro da subjetividade. Para Faria (2017, p. 70), o sequestro da subjetividade

consiste na tentativa de privação da liberdade de crença, de análise crítica, de concepção autônoma do sujeito através da inculcação, da fixação e da permanente gravação de um sistema de valores, de uma ideologia materialmente ancorada que atinge o domínio das atividades psíquicas, emocionais, afetivas e sociais. Sequestrar a subjetividade do trabalhador significa, nesse sentido, tentar colocar em prática a forma de construção da concepção ou da percepção do real que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas do sujeito trabalhador individual e/ou coletivo.

Logo, o sequestro da subjetividade não significa uma privação da liberdade do trabalhador. Um avanço nesse conceito é a incorporação da ideia de que é preciso o trabalhador ser livre para que essa lógica opere. Assim como o sistema de capital exige um trabalhador livre para vender a sua força de trabalho, o controle e o sequestro da subjetividade supõem a existência de um trabalhador com liberdade de consciência. Nesse ponto, Faria sinaliza que há uma problemática entre o saber e a crença com relação à consciência, considerando a crença um dos principais elementos da intencionalidade da consciência. Por isso, é necessário se valer do

deslocamento do problema para seu componente referido aos fenômenos, menos de conhecimento, que de reconhecimento, implicando assim muito mais a questão das crenças do que aquela do saber. (...) um deslocamento do lugar a partir de onde o sujeito crê em um conteúdo particular. O que é controlado e sequestrado não é a crença do sujeito trabalhador em alguma coisa, mas a própria dimensão formal-simbólica da crença, isto é, justamente o ponto de vista simbólico a partir do qual se torna disponível ao sujeito crer em um dado conteúdo (Faria, 2017, p. 72).

Sendo assim, a racionalização do processo produtivo desde sempre favoreceu o controle da subjetividade. No entanto, é através dos novos processos produtivos e modelos de gestão que se torna possível atribuir ritmos mais precários e intensos de trabalho e envolver o trabalhador no projeto ideológico do capitalismo. A sofisticação do controle não ocorre sobre toda a subjetividade do trabalhador, mas sobre aqueles elementos capazes de sedução para fins da produção, como a identificação com a organização e seu projeto, a valorização do próprio papel e reconhecimento do trabalho, o vínculo e o envolvimento com o trabalho, para citar alguns. Desse modo, a gestão da organização produtiva se apropria dos elementos da subjetividade que afetam a produtividade e também daqueles relativos ao modo de vida privado do trabalhador.

Em várias passagens do livro, Faria faz referência aos elementos da subjetividade em jogo no processo de controle da produção e de exploração-acumulação do capital. Sua análise sobre o controle e o poder nas unidades produtivas e organizações também permite antever o que se dá com os trabalhadores regidos pelo modelo de produção capitalista. Se, no modo de expansão do capital, vigora o consumo dos trabalhadores, na crise da expansão, a realidade é vivida como desemprego (ou ameaça dele!), subemprego e redução dos salários, o que inviabiliza o consumo pela classe trabalhadora. Nessas condições, também os efeitos de um sistema de produção capitalista são sentidos pelo seu avesso. Assim, pode-se dizer que os trabalhadores sofrem pelo controle e excesso de trabalho, pela exploração, pela exclusão ou precariedade do sistema de produção ou pelo mal-estar inerente ao modo de produzir e viver a vida. Dos efeitos do controle da subjetividade nas unidades produtivas, pode-se chegar às formas de produção da vida, que viabilizam ou não a realização psíquica, e ao modo de construção de cada subjetividade, não desconsiderando a dimensão social inerente a esse processo.

Das leituras realizadas para apreender a construção da Teoria Economia Política do Poder, infere-se que a Psicologia se apresenta em três condições: como campo do conhecimento para a compreensão dos elementos objetivos e subjetivos do comportamento e da subjetividade que estão em jogo nas relações de poder; como teoria psicológica a ser refutada na análise crítica das teorias administrativas; e como parte do sistema/esquema de análise proposto para a crítica das relações de poder no campo da gestão e das formas de organização social para a produção. Ainda, é possível dizer que as teorias psicológicas utilizadas no percurso de construção da EPP contribuem para a análise das relações de poder e controle sob a égide do capital e a construção da crítica a essa lógica de produção da existência humana.

ALGUMAS ELABORAÇÕES POSSÍVEIS

Antes de concluir, é preciso voltar ao início. A frase escolhida para epígrafe deste artigo foi retirada de um conto do livro publicado por Faria em 2020, por ocasião da comemoração de seus 70 anos: *A barata emocional*. Nesses contos ele apresenta reflexões sem compromisso sobre a dialética do cotidiano. Ao lê-los, o leitor se pergunta se os contos e casos são reais e se foram de fato vividos pelo autor. Pouco importa! Quem leu seus textos anteriores e acompanhou o percurso de desenvolvimento de sua teoria, nitidamente percebe quanto o professor é astuto nas suas construções e fiel a sua leitura crítica da realidade. Ainda, é possível identificar o curso dos afetos que atravessa a alma e as elaborações do pesquisador, e a potência criativa de seus destinos pulsionais. Faria coloca vida e luz onde há desconhecimento e obscurantismo! Assim é com a análise das organizações e com suas análises do cotidiano. Vale a leitura!

O objetivo deste artigo foi apresentar uma análise sobre o lugar da Psicologia na obra de José Henrique de Faria, do que se conclui que esse campo do conhecimento tem lugar de relevância para a construção da teoria e as análises propostas. Como indicado

anteriormente, a Psicologia se encontra na Economia Política do Poder como (a) campo do conhecimento para a compreensão dos elementos objetivos e subjetivos do comportamento e da subjetividade que estão em jogo nas relações de poder; (b) teoria psicológica a ser refutada na análise crítica das teorias administrativas; e (c) parte do sistema/esquema de análise construído para a crítica das relações de poder no campo da gestão e das formas de organização social para a produção. Dessa feita, pode-se dizer que é uma área chave para a compreensão dos elementos subjetivos presentes nas relações de poder e nos sistemas de controle nas organizações, e que subsidia a compreensão e a revelação do que está na ordem do aparente e do não aparente das relações de poder, uma vez que incita o pesquisador a olhar para além das aparências e incluir na sua análise a dimensão incontrolável e, por vezes, inacessível do comportamento e da subjetividade humana: o inconsciente.

Como algo próprio da dinâmica inconsciente, ao visar um saber sobre a dialética das relações de poder, também se alcança um saber que resta inacabado e instiga a busca por novos saberes, dando possibilidade a novos investimentos de estudo e pesquisa. Dos temas passíveis de um diálogo com a Psicologia na EPP, cabe ressaltar: as interfaces da análise crítica marxista da sociedade com a Psicanálise; a noção de subjetividade e sua relação com a dinâmica social; a discussão sobre o sujeito coletivo e o sujeito individual; a apreensão concreta dos efeitos da dinâmica inconsciente e subjetiva, que são expressões do lugar que os sujeitos ocupam no laço social – uma noção psicanalítica atual que faz articulação com os modos de ser e existir, sofrer e se realizar psiquicamente; uma perspectiva crítica e de intervenção na própria Psicologia. Da Economia Política do Poder deve-se salientar seu papel para a crítica e a análise do real concreto, assim como sua abertura para a interlocução com diferentes áreas do saber. Por seu método e rigor, a EPP nos ensina a importância do referencial epistemológico e de um método para a apreensão da realidade. Igualmente, mostramos que não há uma única área ou teoria que seja ampla o suficiente para explicar a dinâmica e a complexidade do sistema de produção social. Isso requer um pesquisador

comprometido com seu objeto e atento aos movimentos e mudanças que podem ocorrer com o passar do tempo.

Não é qualquer pesquisador que constrói uma teoria do porte da Economia Política do Poder. José Henrique de Faria é um desses seres vivos que têm a curiosidade, a inquietação, a rebeldia e a obstinação necessárias a um crítico ardiloso de uma sociedade injusta. Mas, além dessas características (e qualidades!) para o pesquisador, Faria também tem o afeto como marca própria de suas relações, especialmente para as suas filiações acadêmicas. A acolhida, o senso crítico e o rigor contribuem para a formação de pesquisadores, professores e intelectuais que podem fazer um contraponto aos saberes hegemônicos constituídos e pouco questionados. Onde há certeza, deve-se colocar a dúvida! E do que é objeto de estudo e compreensão da Psicologia, certamente o afeto é o que melhor traduz seu sujeito-pesquisador: um amor pelo outro e pela humanidade que se representa pela contundência da crítica e pela esperança em uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

Brüning, Camila (2016). *O papel da psicologia para a administração*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Enriquez, Eugène (1974). Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. *Tempo Brasileiro*, 36(37), 53-94.

Enriquez, Eugène (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.

Faria, José H. (1987). *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar Edições/FAE.

Faria, José H. (2020). *A barata emocional: reflexões sem compromisso*. Curitiba: Appris.

Faria, José H. (2017). *Poder, controle e gestão*. Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2009). *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Faria, José H. (2007). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.

Faria, José H. (2004). *Economia política do poder. 3 vols.* Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (1997). *Tecnologia e processo de trabalho*. Curitiba: Editora UFPR.

Faria, José H. (1985a). *O autoritarismo nas organizações*. Curitiba: Criar Edições/FAE.

Faria, José H. (1985b). *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Criar Edições/FAE.

Figueiredo, Luís C. M. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.

Motta, Fernando P. (2001). Maurício Tragtenberg: desvendando ideologias. *Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 64-68.

Parker, Ian (2014). *Revolução em psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Alínea.

O LUGAR DA PSICOLOGIA NA TEORIA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER, DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Resumo

A Economia Política do Poder, teoria cunhada pelo professor e pesquisador José Henrique de Faria, objetiva uma análise crítica das relações de trabalho no sistema de capital. O autor parte da teoria marxista e da perspectiva ontológica e epistemológica crítica do concreto, para tecer um campo de análise das relações de poder sob a égide do capital inédito nos estudos organizacionais críticos. Dentre outras áreas do conhecimento, Faria recorre à Psicologia para produzir suas análises. Nesse sentido, a Psicologia se encontra na Economia Política do Poder como campo do conhecimento para a compreensão dos elementos objetivos e subjetivos do comportamento e da subjetividade que estão em jogo nas relações de poder; teoria psicológica a ser refutada na análise crítica das teorias administrativas; e parte do sistema/esquema de análise construído para a crítica das relações de poder no campo da gestão e das formas de organização social para a produção.

Palavras-chave

Economia Política do Poder. José Henrique de Faria. Psicologia. Subjetividade.

EL LUGAR DE LA PSICOLOGÍA EN LA TEORÍA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA DEL PODER DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Resumen

La Economía Política del Poder, teoría acuñada por el profesor e investigador José Henrique de Faria, tiene como objetivo un análisis crítico de las relaciones laborales en el sistema de capital. El autor parte de la teoría marxista y de la perspectiva crítica ontológica y epistemológica de lo concreto, para tejer un campo de análisis de las relaciones de poder bajo el auspicio de un capital inédito en los estudios críticos organizacionales. Entre otras áreas del conocimiento, Faria se vale de la Psicología para producir sus análisis. En este sentido, la Psicología se encuentra en la Economía Política del Poder como campo de conocimiento para comprender los elementos objetivos y subjetivos de la conducta y la subjetividad que entran en juego en las relaciones de poder; teoría psicológica a ser refutada en el análisis crítico de las teorías administrativas; y parte del sistema / esquema de análisis construido para la crítica de las relaciones de poder en el campo de la gestión y las formas de organización social para la producción.

Palabras clave

Economía política del poder. José Henrique de Faria. Psicología. Subjetividad.

THE PLACE OF PSYCHOLOGY IN JOSÉ HENRIQUE DE FARIA'S POLITICAL ECONOMY OF POWER THEORY

Abstract

The Political Economy of Power, a theory coined by professor and researcher José Henrique de Faria, aims at a critical analysis of labor relations in the capital system. The author starts from the Marxist theory and the critical ontological and epistemological perspective of the concrete to weave a field of analysis of power relations under the aegis of unprecedented capital in critical organizational studies. Among other areas of knowledge, Faria resorts to Psychology to produce his analyses. In this sense, Psychology is found in the Political Economy of Power as a field of knowledge for understanding the objective and subjective elements of behavior and subjectivity that are at stake in power relations; psychological theory to be refuted in the critical analysis of administrative theories; and part of the system/scheme of analysis built for the critique of power relations in the field of management and forms of social organization for production.

Keywords

Political Economy of Power. José Henrique de Faria. Psychology. Subjectivity.

CONTRIBUIÇÃO

Elaine Cristina Schmitt Ragnini

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo o único responsável pela sua redação.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

A autora declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Ragnini, Elaine C. S. (2021). O lugar da psicologia na teoria economia política do poder, de José Henrique de Faria. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(22), 502-529.